



Tião Viana acusa tese do "Estado mínimo" de prejudicar saúde pública no país

Novos senadores estréiam na tribuna

No discurso de estréia, a senadora Maria do Carmo Alves expôs suas divergências com a política econômica do governo. Heloísa Helena, que falou pela primeira vez como senadora por Alagoas, declarou-se representante dos oprimidos de seu estado. O senador Tião Viana cobra divisão de responsabilidades na gestão da saúde pública.



Heloísa Helena: alagoanos esperam comportamento ético dos políticos

Maria do Carmo diz que estabilidade veio junto com sucateamento da indústria



CAE prepara-se para ouvir Fraga na sexta

Indicados ontem pelos líderes partidários, integrantes da comissão reúnem-se hoje para escolher seu presidente

Os líderes partidários indicaram ontem os novos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que foram, em seguida, designados pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Com isso, deverá ser marcada, possivelmente para a próxima sexta-feira, a reunião da comissão destinada a apreciar a indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central. Antonio Carlos garantiu que todos os senadores que desejarem

terão espaço para participar de arguição do economista.

Hoje, às 10 horas, a CAE se reúne para eleger o seu presidente. O candidato do PMDB, partido que regimentalmente tem prioridade na escolha, é o senador Fernando Bezerra. A CAE é composta de 27 membros titulares e o mesmo número de suplentes. O PMDB terá nove representantes na CAE; o PFL, sete; o PSDB, cinco; o Bloco Oposição, cinco; e o PPB, apenas um.

PÁGINAS 4 E 5



Durante a discussão da programação monetária, senadores opositores afirmaram que os números podem estar defasados, pois teriam sido projetados antes da desvalorização cambial deste ano

Programação monetária já está aprovada

A dívida pública chegará a R\$ 414 bilhões no final do próximo mês, segundo a previsão constante da programação monetária do governo federal para o primeiro trimestre de 1999, aprovada ontem pelo plenário do Senado. Isso representa um crescimento de 23,5% nos últimos doze meses, em grande parte causado pela elevação nas taxas de juros. O relator foi o senador Ney Suassuna.

Plenário discute hoje criação de juizados especiais

A discussão da proposta de emenda constitucional permitindo a criação de juizados especiais da Justiça Federal será iniciada no plenário do Senado hoje. A pauta da sessão deliberativa inclui ainda outros quatro itens, todos mensagens indicando embaixadores.

Empréstimo ao BNDES terá regime de urgência

A tramitação em regime de urgência do projeto que autoriza a concessão de empréstimo para o BNDES no valor de R\$ 1,1 bilhão foi aprovada ontem pelo Senado. O contrato possibilita à instituição obter recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para custeio do programa global de financiamento multissetorial.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou o pedido de urgência, dizendo que o Senado deveria analisar "com mais cuidado" a distribuição de recursos do BNDES. Citou dados do próprio banco indicando distribuição desigual, privilegiando o estado de São Paulo.

A fatia de recursos do BNDES destinada a São Paulo cresceu de 25,76%, em 1995, para 39,14% em 1998, enquanto praticamente todos os demais estados viram os financiamentos reduzidos, informou Dutra.

— O banco não funciona como agente indutor do desenvolvimento, para diminuir as desigualdades, mas meramente como um balcão para as empresas, guiado apenas pelas regras do mercado — observou.

O senador também criticou a desigualdade na distribuição de recursos entre as empresas. Para ele, as pequenas empresas são as principais geradoras de emprego, mas são as grandes empresas que se beneficiam das verbas governamen-



Dutra critica má distribuição dos recursos do BNDES, que diz favorecer São Paulo

Plenário aprova programação monetária do primeiro trimestre

Projeto do governo prevê que a dívida pública federal, em moeda e títulos, chegará a R\$ 414 bilhões no final de março

O plenário do Senado aprovou ontem a programação monetária do governo para o primeiro trimestre deste ano. O documento prevê que a dívida pública federal, em moeda e títulos, chegará a R\$ 414 bilhões no final de março próximo, um crescimento de 23,5% em 12 meses, provocado basicamente pelo aumento das taxas de juros dos últimos meses.

O governo prevê que terá de aumentar a quantidade de dinheiro nas mãos da população (moeda mais depósitos à vista nos bancos) em quase 15% até o final deste ano,

entre outros motivos devido à tributação criada sobre movimentação financeira. Assim, o Banco Central calcula que existirão no país, em moeda, R\$ 50 bilhões neste trimestre.

O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), observa que, apesar da perspectiva de desaquecimento da economia nos próximos meses, a política monetária do governo apresentará resultados, desde que avancem as reformas em discussão e seja concluída a votação do

programa de estabilização fiscal.

Durante a discussão do projeto, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) pediu que os senadores não votassem a programação monetária, afirmando que seus números "estão defasados, pois foram projetados antes da desvalorização cambial". Ele sugeriu que os senadores enviassem ao governo um pedido para atualizar todas as previsões. "Aprovar uma programação defasada afeta até mesmo a credibilidade do Senado", disse.



Oposição apontou defasagem da programação monetária em consequência da desvalorização cambial, mas maioria acolheu o parecer favorável à aprovação



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1999

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1999. CAE. Aprova a programação monetária relativa ao primeiro trimestre de 1999. Apresentado como conclusão do Parecer nº 56/99-CAE. Relator: Ney Suassuna
Resultado: Aprovado. À Câmara dos Deputados

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h30 - Recebe o ministro dos Negócios Estrangeiros do Marrocos, Abdellatif Filali
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal; *Mensagem nº 221/98, que submete ao Senado o nome de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para exercer a função de embaixador do Brasil na Guiana, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil em Granada; *Mensagem nº 227/98, que submete ao Senado o nome de Thereza Maria Machado Quintella para exercer a função de embaixadora do Brasil na Rússia, cumulativamente com a função de embaixadora do Brasil no Cazaquistão; *Mensagem 247/98, que submete ao Senado o nome de Ricardo Drummond de Mello para exercer a função de embaixador do Brasil na Nicarágua; e *Mensagem nº 26/99, que submete ao Senado o nome de Gilda Maria Ramos Guimarães para exercer a função de embaixadora do Brasil na Guatemala.

COMISSÕES

- ▶ 10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Eleição do presidente e vice-presidente da comissão para o biênio 1999/2000.
Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 16h - Comissão Mista
Pauta: Instalação da comissão destinada a examinar a MP nº 1.809/99, que autoriza a União a adquirir ou pagar obrigações de pessoas jurídicas de direito público interno, relativas a operações financeiras externas
Local: Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho

ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *A Igualdade é Branca*, dirigido pelo polonês Krzysztof Kieslowski. Segundo filme da trilogia sobre as cores da bandeira da França
Local: Auditório Petrólio Portella

PREVISÃO DA SEMANA

- Quinta-feira (25.2.99)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 25/93, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da CLT; *PLC nº 9/95, que altera dispositivos da CLT, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; *PLC nº 94, que acrescenta parágrafo 2º ao art. 482 da CLT; e *PLC nº 8/95, que revoga o parágrafo único do art. 482 da CLT.
- Sexta-feira (26.2.99)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Maria do Carmo critica os rumos da economia brasileira

Em seu primeiro pronunciamento como parlamentar, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) prometeu ontem dedicar o melhor de sua mente e a totalidade de suas forças para colaborar na construção de uma sociedade brasileira mais desenvolvida e justa. Para isso, ela antecipou que, apesar de pertencer a um partido da base de sustentação do governo, não votará a favor de medidas que conflitem com suas idéias.

– Trabalharei seguindo as orientações do meu partido, exceto quando ferirem minhas questões de consciência ou quando conflitem com as idéias que têm norteado minha vida pública. E nesse contexto incluo minhas profundas divergências com alguns aspectos essenciais da política econômica ora em vigor – esclareceu.

Mesmo aprovando a estabilidade proporcionada pelo Plano Real, a senadora afirmou que o plano trouxe o equívoco de tratar o combate à inflação como um fim em si mesmo. Maria do Carmo constatou que a estabilidade econômica veio ao lado do sucateamento da indústria nacional, da fixação das taxas de juros mais elevadas do mundo e da abertura indiscriminada do mercado.

De acordo com Maria do Carmo, como o governo não investiu na implantação de um



Maria do Carmo: estabilidade econômica veio junto com sucateamento da indústria

modelo de desenvolvimento nacional, paralelo ao combate à inflação, o Plano Real terminou contribuindo para a desnacionalização do parque industrial brasileiro.

APARTES

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) confessou que tinha a intenção de intervir no discurso de Maria do Carmo apenas para oferecer as boas-vindas à Casa. Mas resolveu aplaudir o pronunciamento “corajoso” e externar o seu desejo de que o exemplo da senadora seja seguido por outros parla-

mentares.

Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que o discurso de Maria do Carmo o surpreendeu por estar sintonizado com a realidade do país e por traduzir o pensamento do povo brasileiro.

Para o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o pronunciamento de Maria do Carmo sinaliza um protesto contra a prepotência do governo e os acordos assumidos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e seus aliados às vésperas da eleição.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) solidarizou-se com Maria do Carmo e manifestou sua indignação com a decisão do governo de cortar recursos das cestas básicas e da complementação da merenda escolar.

Heloísa Helena garante que Alagoas espera ética na política

Ao dizer que representa as maiorias oprimidas de Alagoas, os pobres, as crianças vítimas do trabalho escravo e as mulheres desassistidas, a senadora Heloísa Helena (PT) emocionou o plenário, que aplaudiu seu primeiro discurso. “Represento as vítimas da covardia do crime organizado, lideranças sindicais, religiosas, políticas, como a deputada Ceci Cunha e tantos outros. Como alagoanos, choramos a vergonhosa impunidade e a maldita imunidade parlamentar que serve de esconderijo perfeito para bandido engravatado.”

Heloísa Helena afirmou que a maioria do povo alagoano é de bem e de paz. “Como senadora, represento essa maioria que não compactua com meia dúzia de delinquentes que mancham a imagem de nossa terra perante os brasileiros. Por outro lado, que alívio me dá não representar a elite econômica e política que desmantelou Alagoas, promoveu fome, miséria e sofrimento, uma elite perversa, incompetente e saqueadora dos cofres públicos”, enfatizou.

Com voz embargada pela emoção, a senadora responsabilizou o governo federal pela demissão em massa dos servidores públicos. “Apesar de ter feito o chamado ‘dever de casa’, Alagoas não conseguiu resolver sua si-



Heloísa Helena diz representar os oprimidos e pobres de seu estado

tuação financeira. O modelo neoliberal, imposto pelo governo federal, protegeu a corrupção monstruosa das elites e trouxe tantas tragédias familiares como o do soldado Leandro, que matou os filhos, a esposa e cometeu suicídio.”

Heloísa Helena concluiu seu discurso dizendo sentir-se honrada de estar no Senado “em nome dos de baixo, dos sobreviventes, dos que aprenderam com o sofrimento. Nenhum outro povo foi tão massacrado em sua auto-estima, em sua dig-

nidade como o forte povo das Alagoas. E o que ele espera de cada um de nós? Ética na política. Nas palavras de dom Pedro Casaldáliga: ética na política é vergonha na cara e amor no coração!”

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) saudaram sua jovem companheira de partido, “por seu discurso emocionado e emocionante”. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a garra e o entusiasmo de Heloísa Helena irão contagiar muitos senadores que hoje estão acomodados. Para o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), “podemos discordar sobre soluções para o Brasil, mas nunca quando o tema for impunidade. Juntos vamos fazer algo pelo país”.

Tião Viana cobra divisão de responsabilidades na saúde pública

A tese do Estado mínimo tem afetado negativamente a saúde pública, sustentada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), alertou ontem o senador Tião Viana (PT-AC) em seu primeiro discurso no plenário. Para ele, o Ministério da Saúde tem defendido como pode o SUS, mas a falta de clareza entre as responsabilidades da União, dos estados e dos municípios tem prejudicado os serviços de saúde do país.

Depois de lembrar que, como médico, atuou por 13 anos em hospitais da região amazônica, Tião Viana afirmou que muitos estados e municípios não estão preparados para o desempenho de sua parte no sistema de saúde pública, até mesmo no cumprimento de medidas sanitárias. Com isso, há quem procure confundir “a necessária descentralização” com a “indesejada desresponsabilização” na área de saúde.

– O SUS pode e vai se firmar como um dos melhores modelos

de saúde já desenhado para o planeta. No entanto, para alcançarmos essa referência, é inadiável que se deixe de lado a excessiva atenção aos aspectos normativos, reguladores e fiscalizadores restritos ao controle de recursos e que se passe a dar permanente atenção à co-responsabilização entre o Ministério da Saúde, os estados e os municípios – sugeriu Tião Viana.

CRIANÇAS

Ele lembrou que até o governo reconhece que “no Brasil, a cada minuto, morre uma criança com menos de um ano de idade”, em função de problemas sanitários, nutricionais e assistência à saúde. O senador do Acre lamentou que no país conviva a medicina avançada, como a área de cardiologia em São Paulo, com doenças tropicais que o brasileiro comum nem conhece.

Citou que no Acre, além da malária, da febre amarela e da leishmaniose, a população enfrenta a



Viana: descentralização não deve ser confundida com ausência de responsabilidade

“doença de Jorge Lobo” e outras doenças de clima tropical. O atendimento à saúde na Amazônia é tão precário que existem municípios em que apenas 1,8% da população recebeu vacinas no ano passado.

Cândido aponta sugestões para combater desemprego

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apontou algumas sugestões apresentadas pelos movimentos sociais e partidos progressistas para resolver o problema do desemprego, tema da Campanha da Fraternidade deste ano.

Entre as propostas, ele citou a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários, a redução ou extinção das horas extras e a criação de agências para desempregados através da parceria entre o Ministério do Trabalho e os sindicatos. Essas agências organizariam bancos de dados, facilitariam o pagamento do seguro-desemprego e ofereceriam qualificação profissional.

Geraldo Cândido analisou que desde a implantação do Plano Real o desemprego vem crescendo.



Geraldo Cândido propõe redução da jornada de trabalho e fim das horas extras

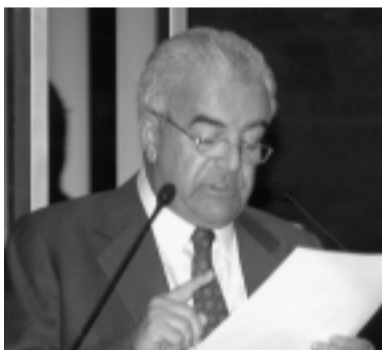
Para justificar sua afirmação, ele citou o exemplo dos municípios que integram a Grande São Paulo, que, de acordo com dados do Dieese, têm hoje 1,6 milhão de trabalhadores sem emprego. O senador pelo Rio de Janeiro acrescentou que, no mesmo período, quase 200 mil vagas deixaram de existir no setor bancário.

CAE está formada e elege presidente hoje

Os integrantes da comissão, indicados por seus partidos, já foram designados pelo presidente do Senado. Hoje será realizada a primeira reunião e marcada a data da sabatina do economista Armínio Fraga Neto

Foram indicados ontem pelos líderes partidários e designados pelo presidente do Senado os novos membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com isso, deverá ser marcada possivelmente para sexta-feira a reunião da comissão destinada a apreciar a indicação do economista Armínio Fraga Neto para a presidência do Banco Central.

Hoje, às 10 horas, a CAE se reúne para eleger o seu presidente. Deverá ser indicado o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), pois seu partido possui a maior bancada da Casa e tem regimentalmente prioridade na escolha da comissão para presidir. A CAE tem 27 membros titulares e o mesmo número de suplentes. O PMDB tem nove representantes na comissão; o PFL, sete; o PSDB, cinco; o Bloco Oposição, cinco; e o PPB, um.



Senador Fernando Bezerra deverá ser eleito para a presidência da CAE

OS 27 MEMBROS TITULARES

PMDB

Fernando Bezerra (RN)
José Fogaça (RS)
José Alencar (MG)
Luiz Estevão (DF)
Maguito Vilela (GO)
Gilberto Mestrinho (AM)
Ramez Tebet (MS)
Ney Suassuna (PI)
Carlos Bezerra (MT)

PFL

Edison Lobão (MA)
Bello Parga (MA)
Jorge Bornhausen (SC)
Paulo Souto (BA)
Jonas Pinheiro (MT)
Francelino Pereira (MG)
Freitas Neto (PI)

PSDB

José Roberto Arruda (DF)
Pedro Piva (SP)
Sérgio Machado (CE)
Antero de Barros (MT)
Osmar Dias (PR)

Bloco Oposição

Eduardo Suplicy (SP)
Lauro Campos (DF)
José Eduardo Dutra (SE)
Roberto Saturnino (RJ)
Jefferson Péres (AM)

PPB

Luiz Otávio (PA)

Comissões permanentes têm atribuições definidas pelo Regimento

O Regimento Interno estabelece as atribuições das comissões temáticas permanentes do Senado, cujos membros são designados pela presidência da Casa, por indicação dos líderes dos partidos. A participação dos partidos em cada uma delas atende, na medida do possível, à proporcionalidade de suas representações ou dos blocos parlamentares.

Além das atribuições comuns, incluindo a possibilidade de aprovar projetos terminativamente (sem apreciação do plenário), o Regimento relaciona as áreas de competência de cada comissão temática.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

Os 27 senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinam sobre proposições relativas aos problemas econômicos do país, política de crédito, câmbio, seguro, comércio exterior, sistema tributário e endividamento público, entre outras atribuições. Além disso, os membros da CAE apreciam a escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União e do presidente e diretores do Ban-

co Central.

ASSUNTOS SOCIAIS

Com 29 membros, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) responde por uma série de assuntos que vão desde as relações de trabalho, previdência e seguridade social até normas gerais sobre proteção do meio ambiente e conservação da natureza. São também atribuições da CAS assuntos relacionados com a proteção indígena, integração de pessoas portadoras de deficiência e proteção à infância, além de educação e saúde.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do plenário ou por consulta de qualquer comissão é uma das atribuições da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com participação de 23 senadores, a CCJ também emite pareceres sobre matérias relacionadas a aspectos constitucionais e de organização da Justiça.

EDUCAÇÃO

Educação, cultura, desportos,

comunicação, imprensa, criações científicas e tecnológicas são alguns dos temas próprios da Comissão de Educação (CE). Os 27 senadores da CE são responsáveis, entre outras funções, pela outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

RELAÇÕES EXTERIORES

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) emite pareceres sobre acordos e tratados internacionais, comércio exterior e indicações de chefes de missões diplomáticas do Brasil. Assuntos relacionados com a organização das Forças Armadas e com a defesa nacional também estão entre as incumbências dos 19 senadores que compõem a CRE.

INFRA-ESTRUTURA

Com 23 senadores, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) está incumbida de opinar sobre matérias pertinentes a transportes, obras públicas, recursos geológicos e serviços de telecomunicações.

Plenário discute criação de juizados especiais federais

Na sessão de hoje os senadores iniciam a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional de iniciativa do Executivo que possibilita a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal e inclui, entre as competências do Superior Tribunal de Justiça, o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de tribunais submetidos a sua jurisdição.

A proposta, já aprovada pela Câmara dos Deputados, será submetida a mais quatro dias de discussão, para depois ser levada a votação em primeiro turno, se não forem oferecidas emendas pelos senadores.

Além dessa matéria, o plená-

rio irá deliberar sobre quatro mensagens, também enviadas pelo presidente da República, indicando diplomatas para ocuparem cargos de embaixador do Brasil junto à Guiana, Rússia, Nicarágua e Guatemala. A votação das mensagens será secreta.

Amanhã, o plenário aprecia projeto de resolução que autoriza o BNDES a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a US\$ 1,1 bilhão. Os recursos serão aplicados no Programa Global de Financiamento Multissetorial.

Quatro projetos oriundos da Câmara e que alteram a Consoli-

dação das Leis do Trabalho também estarão na pauta da sessão desta quinta-feira. Os projetos dispõem sobre demissão sem justa causa, obrigando os empregadores a comunicarem a seus empregados, por escrito, os motivos de demissão em caso de dispensa por justa causa e sobre a remuneração de períodos incompletos de férias.

As propostas tratam, ainda, do direito dos trabalhadores de não sofrerem descontos por ausências autorizadas em lei; e sobre a extinção de artigo que possibilita a demissão por justa causa, em função de "atos atentatórios à segurança nacional".

Congresso fará homenagem ao Dia Internacional da Mulher

O plenário do Senado aprovou na tarde de ontem requerimento encaminhado pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) solicitando a realização de uma sessão especial do Congresso, no próximo dia 10 de março, às 10h, em homenagem às mulheres.

A homenagem no Parlamento, segundo Emília Fernandes, faz parte das comemorações programadas pelas bancadas femininas da Câmara e do Senado pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

A senadora informou que, após reunião realizada ontem em seu gabinete, com a presença de várias parlamentares, ficou definida a realização de um ato público no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados,



Emília Fernandes propôs sessão especial do Congresso no dia 10 de março

também no dia 10, às 14h, com a presença da sociedade civil. Emília Fernandes acrescentou que a bancada feminina decidiu fazer um levantamento de todos os projetos relacionados aos interesses das mulheres que tramitam nas duas Casas.

ACM quer argüição de Fraga na sexta

Presidente do Senado deseja evitar novas oscilações na taxa de câmbio e garante que todos os senadores que desejarem terão espaço para participar da sabatina

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quer apressar a sabatina de Armínio Fraga pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para evitar novas oscilações da taxa de câmbio. A argüição de Fraga, indicado para ocupar a presidência do Banco Central, deverá ser realizada até a próxima sexta-feira (dia 26).

– O governo tem intenção de apressar, e a oposição me disse que também deseja isso. É provável que nesta sexta pela manhã possamos fazer a reunião da comissão – disse.

O senador não vê impedimentos a que a sabatina aconteça no

mesmo dia da reunião dos governadores com o presidente da República.

No final da tarde de ontem, as últimas indicações de membros da CAE feitas pelas lideranças partidárias chegaram à Secretaria Geral da Mesa. Com a composição da comissão fechada, a eleição do presidente, vice e relator foi marcada para hoje, às 10h30.

Antonio Carlos garantiu que todos os senadores que o desejarem terão espaço para participar da argüição, e disse que estará presente, como de costume, se não houver outros compromissos em sua agenda.



Antonio Carlos lembra que governo e oposição têm intenção de apressar a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Freire propõe arquivar mensagem presidencial

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou questão de ordem pedindo o arquivamento da mensagem presidencial que indica Armínio Fraga para a presidência do Banco Central, por entender que “sua fama de especulador se contrapõe à exigência de reputação ilibada que a lei exige”. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recusou a solicitação, alegando que ela se baseia num “juízo de valor” e não em fatos.

Diante da recusa, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para uma interpretação sobre o real significado do conceito de “reputação ilibada” que a Constituição exige para candidatos a cargos como presidente e diretores do Banco Central, entre outros.

“Precisamos de uma palavra oficial para nortear nossas decisões de aprovar ou não os nomes indicados”, argumentou. Antonio Carlos Magalhães acolheu a proposta e decidiu fazer a

consulta em seu próprio nome.

Ao justificar sua questão de ordem, Roberto Freire lembrou as palavras do político mineiro José Maria Alkmin: “Em política o que vale não é o fato, mas a versão”. Depois de lembrar a carreira de Armínio Fraga como operador financeiro, disse considerar “inaceitável que, com seu histórico pessoal e conforme as escolhas feitas durante sua vida profissional, opere um dia para auferir lucros em prejuízo da moeda nacional e, no outro dia, sente-se à presidência do BC, cuja missão precípua é a defesa da moeda”.

O senador por Pernambuco citou a definição do jurista De Plácido e Silva: “Reputação é o conceito, a consideração ou a fama em que se têm coisas ou pessoas”. Freire concluiu que “o conceito social de que goza Armínio Fraga, a estima em que é tido na opinião pública nacional, a fama que tem junto a essa opinião pública nos autoriza a reconhecer que ele não dispõe da ‘reputação ilibada’ necessária para ser nomeado presidente do BC”.



Freire diz que fama de especulador se contrapõe à exigência de reputação ilibada que a lei exige do presidente do BC

Oposição pretende ouvir também Francisco Lopes

Em reunião realizada na manhã de ontem, os integrantes do Bloco Oposição decidiram apresentar, junto à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), convite para que o ex-presidente do Banco Central (BC), Francisco Lopes, compareça ao Senado. Segundo a líder do bloco, senadora Marina Silva (PT-AC), a presença de Lopes na CAE, antes da sabatina do presidente interino Armínio Fraga, é importante para que os senadores saibam o motivo da substituição no comando do BC pouco depois da sabatina no Senado. Além de Lopes, o bloco quer ouvir o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a mudança na presidência do Banco Central, e vai apresentar requerimento convocando-o.

– A destituição de Francisco Lopes do cargo em menos de uma semana deixou o Senado em posição de constrangimento. A presença de Lopes e do ministro servirá para que os senadores tenham informações preliminares e, assim, possam fazer a argüição sem o risco de passar por possíveis vexames – disse Marina.

A abordagem dos senadores de oposição durante a sabatina de Armínio Fraga na CAE também foi tema do encontro do bloco. Segundo Marina, as perguntas serão direcionadas a aspectos técnicos, políticos e éticos da indicação de Fraga, que trabalhava para o megainvestidor George Soros, para o comando do BC.

A reunião serviu ainda para que o bloco definisse as indicações às



Marina Silva afirma que o bloco pretende também ouvir o ministro Pedro Malan

vagas nas comissões permanentes da Casa. Pela proporcionalidade partidária no Senado, o bloco será o quarto a ter o direito de escolher a presidência de uma comissão. A expectativa, segundo Marina, é de que o bloco opte pela presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), indicando para o cargo a senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Caso essa previsão se confirme, um representante do bloco substituirá outro – o senador Ademir Andrade (PSB-PA) – na presidência daquela comissão.

Outro tema discutido pelos opositoristas foi a convocação dos governadores para analisar a situação das dívidas dos estados no Senado. Na avaliação de Marina, a Casa deve debater as demandas dos estados para renegociar suas dívidas. “Essa é uma questão muito importante para a Federação”, afirmou a senadora.

Suplicy busca razões para a troca de comando no BC

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que a presença do ex-presidente do Banco Central (BC) Francisco Lopes e do ministro da Fazenda, Pedro Malan, no Senado servirá para esclarecer os motivos pelos quais o governo realizou a troca no comando da instituição.

– Precisamos saber dele o que aconteceu, se o presidente e o ministro já tinham alternativas de política econômica no momento em que o Senado sabatinava Lopes – disse Suplicy ontem, logo após a reunião do Bloco Oposição.

Suplicy anunciou que, caso Malan e Lopes venham ao Senado, irá indagar sobre o conteúdo de conversa ocorrida na véspera da aprovação da indicação de Lopes pelo Senado entre o próprio Lopes, Malan, o presidente da República, o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, e Armínio Fraga.

Francisco Lopes assumiu interinamente a presidência do BC após o pedido de demissão de Gustavo Franco do comando da instituição. Depois de ser sabatinado pelo Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), duas semanas depois, e ter seu nome aprovado pelos senadores com 67 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, Lopes foi destituído do cargo apenas 48 horas depois de estar respondendo como presidente do BC.

O presidente da República enviou ao Senado, no início de fevereiro, mensagem indicando Armínio Fraga para o cargo.



Eduardo Suplicy deseja questionar Malan sobre as razões de mudança no BC

Suplicy responsabiliza FHC por problemas com Itamar

Senador relata que nem o ministro da Fazenda se dispôs a receber o governador mineiro no início do mandato deste

“O presidente Fernando Henrique entornou de vez o caldo, envenenou mais a relação com o governador Itamar Franco”, afirmou ontem em discurso o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao comentar a notícia de que o presidente da República comparou o governador ao traidor da Inconfidência Mineira, Joaquim Silvério dos Reis.

Suplicy discordou do caminho adotado pelo presidente, por entender que “ele acabará levando a uma explosão definitiva” nas relações entre o governo federal e o governo de Minas. O senador disse que Itamar, logo no primeiro dia de governo, tentou um contato com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ex-presidente do Banco Central à época em que foi presidente da República. Malan, no entanto, não quis atender Itamar e mandou que Pedro Parente, secretário-executivo da Fazenda, atendesse o governador.



Suplicy acha que FHC “entornou de vez o caldo” ao insinuar que Itamar Franco é um traidor

Para o senador, também não é compreensível que Fernando Henrique não tenha tentado conversar com Itamar Franco. “Fernando Henrique ligou cinco vezes para a casa de Lula, seu adversário nas eleições, para pedir um encontro. Por que ele não poderia ter telefonado para Itamar Franco, que o nomeou para o Ministério da Fazenda?”

Suplicy informou ao plenário que

os senadores do Bloco Oposição decidiram convidar Itamar para um encontro, quando o governador poderá expor a situação financeira de Minas e que caminhos aponta para uma solução. O senador sugeriu que as lideranças do PFL e do PMDB façam o mesmo com os governadores desses partidos, abrindo espaço para um entendimento sobre os problemas financeiros estaduais.

Alcântara destaca riscos da globalização

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez um alerta, ontem, para as injustiças da globalização. “No momento em que o real desvalorizado nos dá a chance de aumentar as exportações, os países ricos como os Estados Unidos e a União Européia começam a denunciar que nossos produtos se valem de subsídios contrários às regras da Organização Mundial do Comércio”, disse o senador.

Ele lembrou que até mesmo o programa de incentivo às exportações, o Proex, está sendo atacado. “É interessante observar que esses mesmos países nada falam de seus subsídios à agricultura, estimados em US\$ 750 bilhões. A globalização não pode vir para cristalizar a lei do mais forte, ao mesmo tempo que se veste de roupagem de modernidade e progresso para todos. Isso não dá para agüentar”, desabafou.

Alcântara lembrou afirmações do embaixador do Brasil na União Européia (UE), Jório Dauster, revelando, em entrevista à imprensa, que a globalização é assimétrica. “Por trás das cautelas semânticas da diplomacia, ele



Lúcio Alcântara teme que a globalização “cristalize a lei do mais forte”

denuncia que o sistema traz mais vantagens para os países ricos do que para nações em desenvolvimento como o Brasil. Estamos vendo as dificuldades do aço nos Estados Unidos e dos produtos agrícolas na UE, agora que precisamos exportar mais”, argumentou.

DESAFIO

Para o senador pelo Ceará, o presidente Fernando Henrique Cardoso está diante do maior desafio de sua vida. “Ele precisa mobilizar a população, convocar o país para enfrentar as dificuldades do programa de ajuste fiscal, ao mesmo tempo em que busca fórmulas de di-

namizar a economia e combater o desemprego. Ele pode contar com o Congresso, que aprovou tudo que o governo quis. Agora podemos trabalhar em conjunto para traçar rumos para o futuro”, afirmou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) queixou-se “do número de sapos que a oposição engoliu” ao alertar para os perigos do modelo econômico. “Fomos chamados de caipiras e neobobos ao denunciar que o real estava sobrevalorizado, resultando em importações baratas que iriam destruir nosso parque industrial. Agora que chegou nossa hora de exportar, estamos descobrindo que não existe neoliberalismo na hora de comprar nossos produtos.”

Alcântara respondeu que “essa dieta de batráquios” não tem sido privilégio da oposição. “Engolir sapos até parece ser o cardápio favorito dos políticos. Precisamos acabar, no Brasil, com esse sistema de ‘pensamento único’ em que qualquer um que diga algo diferente é logo taxado de bobo ou de sonhador”, afirmou, defendendo a necessidade de garantir espaço para a divergência.

Arlindo Porto registra pesar pela morte de historiador

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) manifestou pesar pelo falecimento do historiador Francisco Iglésias, ocorrido no último domingo. “Ele foi, sem dúvida, um dos maiores intelectuais que Minas Gerais ofereceu à humanidade, conforme testemunham obras como *Trajatória Política do Brasil, Três Séculos de Minas* e muitas outras”, disse.

Para Arlindo, a capacidade de entender e descrever o processo de evolução da humanidade “desse grande historiador deixará uma lacuna impreenchível nos meios culturais e científicos de Minas”.

O senador completou: “Com credenciais de muitas obras publicadas, Francisco Iglésias vinha se posicionando contra os



Arlindo Porto descreveu Francisco Iglésias como um crítico dos “excessos do neoliberalismo”

excessos do neoliberalismo na primazia dos ganhos materiais sobre os valores maiores da humanidade.”



Fala, Cidadão

Nesta sessão, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

ESMERALDO ANDRADE COSTA - MASCOTE (BA)

0800 612211

Esmeraldo Andrade Costa quer saber o que o novo representante do estado no Senado, o ex-governador Paulo Souto (PFL), pretende fazer no seu primeiro ano de mandato.

Paulo Souto: Darei continuidade à luta pela Bahia, pelos seus grandes projetos e pelo atendimento das necessidades do estado, que são muitas. Além disso, pretendo marcar uma presença constante na discussão dos grandes temas nacionais, que são extremamente importantes para que o país saia dessa crise.

Apesar de pertencer à região Nordeste, a Bahia dispõe de equilíbrio fiscal e de recursos para investimento. Tem, portanto, uma condição especial, que é, em média, superior à dos outros estados brasileiros. Não obstante, o estado tem muitas necessidades, como, por exemplo, a de recuperar a lavoura cacaueteira, que foi quase inteiramente dizimada nos últimos anos. Pretendo lutar, também, por um plano de recursos hídricos para o semi-árido baiano que, espero, seja estendido a todo o Nordeste do país.

Este é meu primeiro mandato legislativo. Sempre estive no Executivo, mas, a experiência que adquiri como governador da Bahia aproximou-me dos problemas do estado, o que, sem dúvida, muito me ajudará em meu trabalho no Senado.

JOSÉ PAIXÃO REIS - RIO DE JANEIRO (RJ)

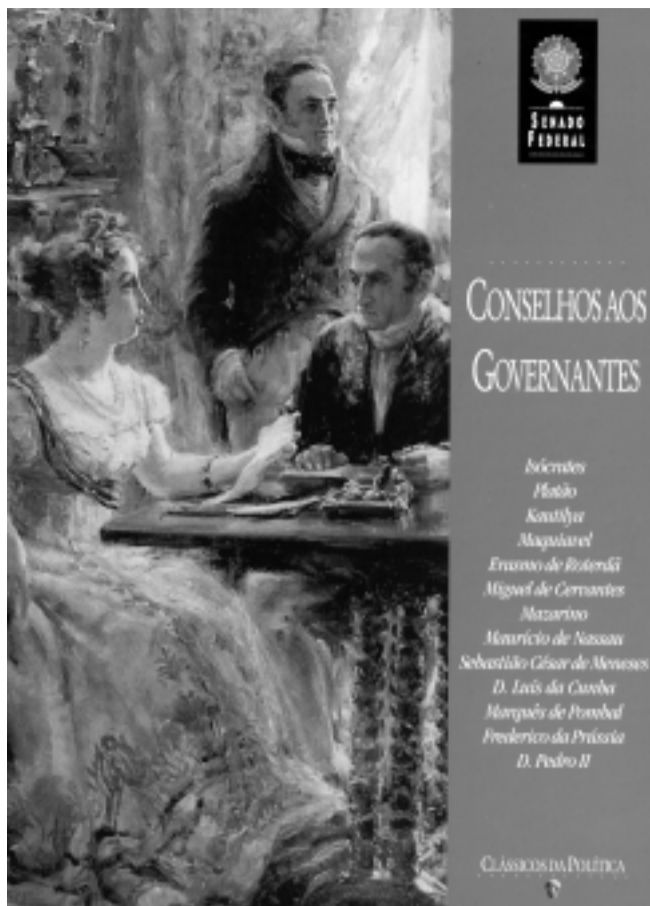
José da Paixão Reis pede aos senadores a criação de uma lei que obrigue os bancos a ressarcirem o aposentado que sacar o dinheiro da aposentadoria das caixas eletrônicas que funcionarem dentro das agências bancárias e for roubado. Aposentado, José da Paixão justifica a proposta relatando a sua experiência pessoal. Ele conta que foi assaltado dentro de uma agência bancária, sofreu um infarto e nem o segurança do banco ajudou a socorrê-lo.

Quem comenta a questão é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que integra a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Ney Suassuna: Esse é um caso patente de má gestão. Claro que a polícia deveria ter sido notificada e o seguro bancário acionado. Eu diria ao gerente dessa agência: “Imagine o seu pai ou o seu avô nessa condição”. É preciso ser mais humano e ter mais solidariedade. Não é possível, entretanto, de maneira nenhuma, criar uma lei que determine o ressarcimento aos aposentados, caso eles sejam assaltados dentro dos bancos ao utilizarem os caixas eletrônicos. Na realidade, a maioria dos bancos tem seguro que cobre esse tipo de incidente. Essa é uma norma quase que geral e é uma pena que, nesse caso, o cidadão tenha sido prejudicado e o seguro não tenha sido acionado.

Criar uma lei determinando todas as condições nas quais haveria ressarcimento seria uma tarefa muito difícil. Teria de ser uma legislação muito específica e que, na minha opinião, terminaria sendo inócua.

O que se deve assegurar é que os assaltos comprovados dentro das agências bancárias sejam cobertos pelo seguro que a agência tem. Além disso, faço um apelo a todos os bancos para que melhorem a sua segurança, principalmente naqueles caixas onde aposentados recebem seu dinheiro, já que, por sua condição física mais debilitada, essas pessoas são presas fáceis dos assaltantes.



Senado lança coletânea de *Conselhos aos Governantes*

A obra, que reúne textos de pensadores nacionais e estrangeiros, é o primeiro volume publicado da coleção *Clássicos da Política*

Uma coletânea de textos selecionados de obras de Platão, Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Maurício de Nassau, d. Pedro II, Marquês de Pombal e outros pensadores, sob o título *Conselhos aos Governantes*, é uma das mais recentes publicações do Conselho Editorial do Senado Federal, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

O livro faz parte da coleção *Clássicos da Política*, que conta ainda com outras quatro publicações do gênero editadas pelo Senado Federal. A apresentação da coletânea, de autoria de

Walter Costa Porto, lembra que "reúnem-se aqui exemplos de textos que se escreveram para a educação de chefes de governo".

De Isócrates a d. Pedro II, são treze capítulos de cartas e trechos de livros ministrando preceitos sobre os deveres dos reis, regulamentos, institutos, leis, negociações, processos, juízos e regras de administração do Estado. Na parte referente a Erasmo de Roterdã, o leitor poderá apreciar *A Educação de um Príncipe Cristão*, assim como no capítulo destinado a Maurício de Nassau terá a oportunidade de conhecer seu *Testa-*

mento Político.

No âmbito histórico da política brasileira, pode-se apreciar o capítulo dedicado ao Marquês de Pombal, para a sua *Carta ao Sobrinho, Governador do Maranhão*, *Joaquim de Melo e Póvoas*, e, ainda, *Carta a Isabel*, de d. Pedro II, onde o imperador manifestava à princesa sua preocupação com as reformas eleitorais no Império.

Informações: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal (Ssetec), pelo telefone 311- 3579.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Musculação
7h30 - *Especial Unip* - Assunto: Gripe e resfriados - 1ª parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica Olímpica
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Olinda
9h30 - Entrevista - Senador Jonas Pinheiro fala sobre a Medida Provisória 1.803, que trata da titulação de terras em faixa de fronteira
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Bahia
10h30 - *Saúde Todo Dia* - Musculação
10h55 - *Senado em Pauta*
11h - *Especial Unip* - Botânica - 1ª parte
11h30 - *Espaço Cultural* - "Viola Caipira"
12h30 - Entrevista - Senador Jonas Pinheiro fala

sobre a Medida Provisória 1.803, que trata da titulação de terras em faixa de fronteira
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Denê da Bahia
13h30 - *Agenda Econômica* - O deputado Delfim Netto fala sobre a crise econômica brasileira
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Destaque: Proposta de emenda constitucional que permite a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal
18h30 - *Cores do Brasil* - Diamantina
19h - Palestra - Novos Paradigmas da Saúde
20h - *Cores do Brasil* - Bahia
20h30 - Entrevista - Senador Jonas Pinheiro fala sobre a Medida Provisória 1.803, que trata da titulação de terras em faixa de fronteira
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Agenda Econômica* - O deputado Delfim Netto fala sobre a crise econômica brasileira
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - Sessão Plenária (reapresentação)



Jonas Pinheiro disse que definir função da terra acabará com as invasões

Jonas fala à TV sobre venda de terras rurais

Diferenciar a função social da função produtiva de um imóvel rural é fundamental para a realização da reforma agrária e para acabar com as invasões, que vêm acontecendo principalmente nos estados de Santa Catarina e Paraná. Essa será uma das modificações que o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) irá propor para a reedição da Medida Provisória nº 1.803, no início de março, que trata das concessões e alienações de terras em faixa de fronteira, com vistas à reforma agrária.

Na entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30, o senador Jonas Pinheiro também fala sobre a agricultura. Para ele, a desvalorização do real irá ajudar a agricultura brasileira, mas não beneficiará os produtores de soja de Mato Grosso.

Desvalorização do real não significa volta da inflação, diz Delfim

Os brasileiros não devem temer a desvalorização do real, pois isso não significa a volta da inflação, uma vez que os salários estão congelados, as importações estão sendo reduzidas e o desemprego ainda é grande. A opinião é do deputado Delfim Netto, que participa do programa da TV Senado *Agenda Econômica*, que irá ao ar amanhã, às 1h, 5h, 13h30 e 21h15, com reapresentação no domingo, às 5h e 13h30.

O deputado destaca que dos países da Ásia apenas a Indonésia teve uma pequena volta da inflação logo após a crise financeira mundial. E o México, segundo ele, conseguiu um crescimento de 6% a 7% com a moeda estabilizada depois da crise por que passou.

Para ele, a desvalorização do



Delfim espera que país produza em março superávit capaz de dar confiança ao mercado

real deve ficar entre 1,74% e 1,75%, se estabilizando logo após a queda dos juros. E espera que já em março o país produza um superávit capaz de restabelecer a credibilidade com os mercados internacionais.

Delfim Netto disse ainda que o presidente indicado do Banco Central, Arminio Fraga, é muito competente e tem condições de conversar de "igual para igual" com os credores internacionais.

A atração de hoje do projeto *Cultura ao Meio-Dia*, com entrada franca, é o filme *A Igualdade é Branca*, produção francesa de 1994, com 89 minutos de duração. A apresentação ocorrerá às 12h, no Auditório Petrônio Portella, no Senado Federal. Realizada pelo polonês Krzysztof Kieslowski, radica-

do na França, a película faz parte de uma trilogia sobre as cores da bandeira francesa. A ele se segue *A Fraternidade é Vermelha*, cartaz da próxima semana. O projeto *Cultura ao Meio-Dia* acontece todas as quartas-feiras, numa iniciativa desenvolvida pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Bezerra quer ver Senado no centro do debate econômico

Para o senador, cujo nome pode ser indicado para presidir a CAE, reforma tributária deve ser a maior prioridade neste ano

A crise que o país atravessa levará a uma maior participação do Senado Federal nos debates econômicos, previu ontem o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN). Ele acredita que o Congresso Nacional terá uma presença mais intensa nessas discussões, até agora conduzidas quase exclusivamente pelo Poder Executivo.

O senador, que deverá ser indicado por seu partido para a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), afirmou que a aprovação da reforma tributária será uma prioridade do Congresso este ano.

— A reforma tributária deverá ser aprovada este ano. Esse foi o compromisso feito pelo presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, na conversa que tivemos quando fui levar a ele minhas preocupações, como senador e como presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) — disse Fernando Bezerra.

Após comentar que a reforma tri-



Fernando Bezerra entende que reforma tributária deve desonerar produção e gerar mais empregos

butária é um tema extremamente complexo, o senador observou que ela deve ter como meta aumentar a produtividade do produto brasileiro em um mercado mundial cada vez mais integrado. Outro aspecto importante será desonerar a produção, interna e externamente, “para que os produtos brasileiros sejam competitivos aqui e lá fora”. Além disso, deverá alargar a base de contribuição, aumentando

o universo dos que pagam impostos.

Fernando Bezerra acredita que a discussão sobre a reforma tributária colocará trabalhadores e empresários em posições convergentes. Ele entende que a principal diretriz será o aumento da produção, o que gerará mais empregos.

Embora considere que a moratória declarada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco, seja um caso pessoal, Fernando Bezerra ressaltou a necessidade de se manter a capacidade de investimento dos estados. Para ele, é necessário que se crie, na discussão sobre a reforma tributária, um mecanismo que assegure a manutenção das arrecadações estaduais atuais.

O senador não acredita que a desvalorização do real tenha maiores conseqüências do que as já verificadas até o momento. Para ele, os problemas cambiais são hoje meramente “artificiais e especulativos”, não devendo, por isso, agravar a crise.

Crise reduz hegemonia de FHC e aumenta importância dos políticos, diz Alcântara

Os políticos terão papel fundamental na discussão sobre os problemas econômicos do país e ganharão mais força do que os técnicos e economistas, afirmou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). “A economia vai ser um pouco mais politizada, pois, com o agravamento da crise, economistas e técnicos perderão espaço para os políticos”, observou, acrescentando que o presidente Fernando Henrique Cardoso também não terá mais domínio hegemônico sobre o Congresso.

A maior prova de que esse espaço já está sendo ocupado pelos políticos, na opinião do senador, foi o discurso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, por ocasião da abertura da primeira sessão legislativa da nova legislatura, realizada segunda-feira. No discurso, Antonio Carlos Magalhães defendeu a soberania nacional, afirmando que o Brasil “necessita ir ao Fundo Monetário Internacional, mas nem por isso o FMI pode se intrometer nos problemas nacionais, sobretudo para criar

dificuldades às camadas mais pobres”.

— A credibilidade dos técnicos e economistas como gestores caiu. Abre-se um novo espaço para os políticos, e o Congresso tem papel fundamental nessa discussão. O presidente da República também não tem mais condições hegemônicas sobre o Congresso. O que se exige dele agora é que, como líder, articule as negociações nessa nova agenda — disse Lúcio Alcântara.

Com essas mudanças, acrescentou o senador cearense, um novo enfoque deverá ser dado para problemas como desemprego, inflação e taxa de juros. A política cambial também estará sendo acompanhada pelo Congresso, o que determinará a prevalência das discussões econômicas no Legislativo durante os próximos meses, observou.

Para Alcântara, não se pode ser

contra as mudanças que vieram para ficar, como a globalização, mas chegou a hora de se delimitar uma margem de proteção para o país, diante das mudanças no mercado internacional.

“Está na hora de discutirmos essa margem”, disse.

Quanto à questão dos estados endividados, o senador defendeu uma nova discussão sobre os acordos para refinanciamento das dívidas no Senado. “Não pode haver Federação sem diálogo. Acho

que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, deve vir aqui para explicar seus motivos, até para podermos discordar dele”, afirmou.

O senador defendeu a imediata sabatina do economista Armínio Fraga Netto e a apreciação, pelo Senado, de sua indicação para a presidência do Banco Central. “A sabatina e a definição dos cargos para o BC devem ser feitas logo, para o país reconquistar credibilidade”, disse.



Lúcio Alcântara

Aprovado voto de pesar pela morte do presidente da Funai

O plenário do Senado aprovou ontem voto de profundo pesar pela morte do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sulivan Silvestre, ocorrida no último dia 1º. O autor da proposta, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), lembrou a trajetória de Sulivan Silvestre em defesa do meio ambiente e da causa indígena.

— Sua morte representou uma perda dolorosa para o país e, em especial, para os povos indígenas, já que era um homem em quem podiam confiar e que desempenhava com espírito fraterno a missão de interlocutor e administrador dos interesses desse segmento da sociedade brasileira.

Tebet disse que a morte de Sulivan



Tebet lamentou a “perda para o país e os povos indígenas”

“renova no cenário das preocupações nacionais” a questão indígena. “É hora de desenvolver junto à sociedade uma campanha de conscientização sobre os direitos e necessidades dos povos indígenas”, observou.

O senador elogiou a construção em Campo Grande

do primeiro loteamento indígena urbano, com capacidade para 400 pessoas, quadra de esportes e uma escola que leva o nome de Sulivan.

Associaram-se às manifestações de pesar o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em nome da Mesa, e o senador Romero Jucá (PSDB-RR), ex-presidente da Funai.

Edison Lobão comenta troca no comando do Bradesco

Ao registrar a última reunião da diretoria do Bradesco, que definiu mudanças na presidência do banco, o senador Edison Lobão (PFL-MA) destacou a atuação do presidente que se afastou, Lázaro de Mello Brandão, classificando-o como um modelo que se oferece aos jovens brasileiros. Referindo-se ao novo titular do cargo, Márcio Cypriano, Lobão destacou sua habilidade no relacionamento com clientes e na liderança de agências.

— O Brasil precisa destacar personalidades como a de Lázaro de Mello Brandão. Nos países culturalmente adiantados, nos quais as mais fartas informações chegam a todas as camadas do povo, as personalidades especiais são cultuadas como um edificante exemplo a ser oferecido às gerações que se sucedem — disse Edison Lobão.

Em seu pronunciamento, Lobão registrou que, em vez de aposentar-se, Lázaro Brandão, aos 72 anos, assumirá a presidência de um conselho de administração reformulado, e se dedicará a traçar as estratégias dos negócios do Bradesco.

Ele acrescentou que o presidente que está deixando o cargo utilizará sua experiência para atuar como conselheiro, com o objetivo de manter a instituição em posição de destaque no setor bancário.

Lobão também recordou o



Lobão considera o ex-presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, um “modelo para os jovens”

antecessor de Lázaro Brandão, Amador Aguiar, a quem elogiou pela simplicidade e dedicação integral ao trabalho. O senador pelo Maranhão ressaltou que Brandão soube levar adiante seus ideais de homem de negócios e conseguiu, com muita prudência, transformar o Bradesco em um dos principais bancos brasileiros.

Em aparte, o senador Bello Parga (PFL-MA) registrou que Lázaro Brandão também foi importante por sua consciência social. Ele testemunhou a construção de duas escolas-modelo de 1º e 2º graus edificadas no seu estado pela Fundação Bradesco.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou a grande penetração popular do Bradesco, possibilitando às pessoas menos necessitadas ter acesso a operações financeiras como contas correntes.